



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

**INFORME BRASIL Nº 34/2022**

Período: 17/09/22 – 23/09/22

**GEDES – UNESP/UNIFESP**

- 1- Forças Armadas nas eleições I: Tribunal Superior Eleitoral aprovou participação de militares na segurança do 1º turno das eleições
- 2- Forças Armadas nas eleições II: Tribunal de Contas da União questionou militares sobre os critérios da checagem paralela das urnas, da qual também participará
- 3- Forças Armadas nas eleições III: jornal avaliou tom apaziguador e otimista de membros do Judiciário
- 4- Supremo Tribunal Federal suspende, no período eleitoral, decretos que flexibilizam acesso da população a armas
- 5- Forças armadas deixam de fiscalizar importação de armas controladas até final de 2022
- 6- Em comício, ex-presidente Lula fez declarações sobre o papel das Forças Armadas
- 7- Ministério da Defesa afirmou não possuir dados sobre a entrada de lobistas do setor armamentista na sede da pasta
- 8- Ministério da Defesa solicitou ao Ministério da Economia acréscimo de 1,3 bilhão em seu orçamento
- 9- Livro revela participação histórica dos militares na vida política do Brasil

### 1- Forças Armadas nas eleições I: Tribunal Superior Eleitoral aprovou participação de militares na segurança do 1º turno das eleições

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, autorizou o envio de membros das forças de segurança federais, entre eles militares, para o reforço da segurança no primeiro turno das eleições em 561 municípios de 11 estados. A reportagem afirmou que nos pedidos, os Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) citaram o acirramento da disputa eleitoral, o cenário de polarização política e as dificuldades logísticas. As autorizações ainda serão validadas no plenário do TSE. O jornal *Correio Braziliense* noticiou que a participação de militares em processos eleitorais no Brasil é tradicional, principalmente no “apoio logístico e no transporte de urnas eletrônicas, pessoas e materiais para locais de difícil acesso”. A *Folha* relembrou as eleições de 2018, quando as Forças Armadas auxiliaram na segurança e logística de 369 zonas eleitorais situadas em 11 estados diferentes. Além disso, pontuou que há um receio por parte do Alto

Comando do Exército de que as eleições de 2022 sejam marcadas pelo aumento de casos de violência eleitoral. Ademais, a *Folha* destacou que neste ano os militares foram convidados pelo TSE para discutirem as regras do pleito, rompendo um “silêncio de 25 anos sobre as urnas”, “apresentando diversas dúvidas e sugestões ao tribunal”. A reportagem apontou que aproximadamente de 30 mil militares devem integrar o sistema de segurança das eleições de 2022. (Correio Braziliense – Política – 18/09/22; Folha de S. Paulo - Política - 19/09/22)

## 2- Forças Armadas nas eleições II: Tribunal de Contas da União questionou militares sobre os critérios da checagem paralela das urnas, da qual também participará

De acordo com reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, o Tribunal de Contas da União (TCU), planeja realizar uma checagem paralela dos votos no dia das eleições usando os dados de mais de 4.000 urnas nos 26 estados e Distrito Federal. A mesma checagem será feita pelas Forças Armadas, só que em 385 urnas. A reportagem ainda informou que técnicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estimularam o TCU a ampliar a quantidade de sessões eleitorais a serem aferidas, visando uma amostra mais robusta, que poderá ser utilizada, eventualmente, como uma contraprova à análise que será feita pelas Forças Armadas. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, a avaliação de membros do TSE e do TCU é a de que “essa é a melhor forma de checar as informações dos militares, se eles contestarem os resultados oficiais, por se tratar de instituição [o TCU] isenta na queda de braço”. Sobre a mesma temática, a *Folha de S. Paulo* publicou reportagem informando que o TCU enviou, em 21/09/2022, um ofício ao Ministério da Defesa contendo uma série de questionamentos sobre os critérios e os objetivos da checagem paralela das urnas que a referida pasta fará. Generais ouvidos demonstraram insatisfação com os questionamentos e, segundo o jornal, o Ministério da Defesa ainda está analisando o documento para decidir se responde aos questionamentos. O *Correio Braziliense* destacou que, frente aos ataques de Jair Bolsonaro à segurança das urnas eletrônicas (sem apresentar provas), as eleições de 2022 passarão por uma tripla fiscalização: a tradicional checagem a cargo do TSE; a auditoria paralela das Forças Armadas; e a “fiscalização da fiscalização” exercida por membros do TCU. (Correio Braziliense – Política – 23/09/22; Folha de S. Paulo - Política - 17/09/22; Folha de S. Paulo - Política - 23/09/22; O Estado de S. Paulo – Política – 22/09/22)

## 3- Forças Armadas nas eleições III: jornal avaliou tom apaziguador e otimista de membros do Judiciário

O periódico *Correio Braziliense* publicou longa reportagem sobre o envolvimento das Forças Armadas no processo eleitoral, que alçou a instituição ao centro de controvérsias entre os poderes Executivo e Judiciário. O jornal lembrou que o convite para a participação de militares na comissão de transparência das eleições partiu do então ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, em setembro de 2021. Desde então, os questionamentos apresentados pelos militares ao TSE causaram diversos constrangimentos à condução do processo eleitoral, entendidos como interferências indevidas, e o próprio Barroso chegou a afirmar em evento acadêmico no exterior que “os

militares estão sendo orientados a desacreditar o processo eleitoral do Brasil”. O *Correio* avaliou que o atual ministro do TSE, Alexandre de Moraes, adotou um tom conciliatório e de diálogo com os militares. Segundo o jornal, um dos primeiros compromissos de Moraes ao assumir o cargo foi uma reunião com o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, a qual simbolizou um apaziguamento. Prova disso foi a decisão da Justiça Eleitoral de incluir a “biometria e a presença de eleitores voluntários para o chamado teste de integridades das urnas eletrônicas”, propostas dos militares. Em outra reportagem, o *Correio* relatou a participação do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes em episódio de podcast do jornal, no qual Mendes declarou que o processo eleitoral de 2022 está ocorrendo “dentro da normalidade”, embora tenha reconhecido o clima tenso e os casos de violência política. A respeito do envolvimento das Forças Armadas em tal processo, Mendes afirmou que possui convicção de que os militares nunca cogitaram avalizar medidas autoritárias do governo de Jair Bolsonaro e ponderou que os movimentos da sociedade civil em 11 de agosto de 2022 foram fundamentais na defesa do Estado Democrático de Direito, funcionando como um recado à caserna. O *Correio* também destacou que, na avaliação de Mendes, os militares assessoraram tecnicamente o processo eleitoral desde o início do uso de urnas eletrônicas no Brasil, mas atualmente a questão ganhou destaque em razão da excessiva politização. (*Correio Braziliense – Política – 18/09/22; Correio Braziliense – Política – 21/09/22*)

#### 4- Supremo Tribunal Federal suspende, no período eleitoral, decretos que flexibilizam acesso da população a armas

Os periódicos *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense* informaram que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu suspender, por nove votos a dois, trechos do decreto de Bolsonaro que flexibilizava o acesso da população a armas e munições. Segundo o *Correio*, o ministro do STF Edson Fachin foi o relator das ações, de autoria dos partidos de oposição Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido dos Trabalhadores (PT), os quais justificaram que as medidas do governo Bolsonaro são inconstitucionais e “representam “retrocesso” em direitos fundamentais, na medida em que facilitam, de forma “desmedida”, o acesso a armas e munições pelos cidadãos comuns”. O *Estado* informou que os ministros do STF Nunes Marques e André Mendonça foram os únicos que votaram contra a medida. Os jornais esclareceram que a decisão da corte está restrita ao período eleitoral, em razão do aumento do risco de violência política, embora o STF pretenda retomar o tema após o pleito de 2022. Com a decisão, a posse de armas está limitada àqueles que demonstrem necessidade concreta (profissional ou pessoal) e a compra de armamento de uso restrito circunscreve-se ao “interesse da própria segurança pública ou da defesa nacional”. De acordo com o *Estado*, o governo Bolsonaro explicou, em manifestação endereçada ao STF, que os decretos visavam “desburocratizar” procedimentos, concretizar promessas eleitorais e garantir a legítima defesa dos cidadãos. (*Correio Braziliense – Política – 17/09/22; Correio Braziliense – Política – 21/09/22; O Estado de S. Paulo – Política – 21/09/22*)

#### 5- Forças armadas deixam de fiscalizar importação de armas controladas até final de 2022

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, as Forças Armadas abriram mão de fiscalizar produtos importados controlados, entre eles armas, até 1º de janeiro de 2023. O jornal esclareceu que a retomada da fiscalização deveria ocorrer em setembro, mas foi adiada até o fim do mandato do presidente. (*O Estado de S. Paulo – Política – 18/09/22*)

#### 6- Em comício, ex-presidente Lula fez declarações sobre o papel das Forças Armadas

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o ex-presidente da República e candidato à presidência nas eleições de 2022, Luiz Inácio Lula da Silva, declarou em comício na cidade de Curitiba, estado do Paraná, que não é função das Forças Armadas fiscalizar o processo eleitoral. Lula afirmou: “Nós queremos as Forças Armadas preparadas, equipadas, bem formadas, para ninguém se meter a invadir o Brasil. Não queremos as Forças Armadas se metendo nas eleições do nosso país e nem querendo controlar as urnas”. O discurso do ex-presidente também citou que a sociedade civil não precisa de tutela. (*Correio Braziliense – Política – 18/09/22*)

#### 7- Ministério da Defesa afirmou não possuir dados sobre a entrada de lobistas do setor armamentista na sede da pasta

Segundo reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, o Ministério da Defesa respondeu negativamente a um pedido do jornal sobre a relação de lobistas e representantes do setor armamentista que visitaram a sede da pasta. O pedido foi feito através da Lei de Acesso à Informação (LAI), mas a Defesa disse que registrou uma “inconsistência no aplicativo que acessa o banco de dados, fato que gerava a possibilidade de corrupção dos dados armazenados” entre janeiro de 2019 e março de 2021, impedindo assim o fornecimento dessas informações. De acordo com o pedido de acesso à informação mais antigo, entretanto, houve a circulação de ao menos três representantes da indústria de armas e de entidades armamentistas na sede do ministério até abril de 2019, registrando-se 12 entradas. A lista inclui o CEO da DelFire Arms, Augusto de Jesus Delgado Jr, Misael Antônio de Sousa, diretor da empresa Realiza Imports, e Rafael Mendes de Queiroz, representante da Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições (Aniam). O Exército negou que as visitas ocorreram e só enviou os dados após um segundo recurso da LAI, em que foi anexado um documento com informação sobre a circulação de sete representantes do setor de armas na Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) do Exército, assinado pelo ex-ministro da Defesa, Walter Souza Braga Netto. Segundo a *Folha*, Rafael Mendes de Queiroz lidera o número de entradas, totalizando 24; seguido por Marcos Pollon, aliado do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), e Salesio Nuhs, CEO global da Taurus. No Palácio do Planalto foram registradas 38 entradas de, ao menos, 12 pessoas ligadas ao setor armamentista. A gerente de projetos do Instituto Sou da Paz, Natália Pollachi, alertou à *Folha* que as visitas não são ilegais, mas indicam uma propensão clara do governo a favor das pautas armamentistas. Como aponta a reportagem, as circulações aconteceram

também próximas às publicações de normas que flexibilizaram o acesso às armas. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 21/09/22)

#### 8- Ministério da Defesa solicitou ao Ministério da Economia acréscimo de 1,3 bilhão em seu orçamento

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, mesmo em um contexto de cortes do orçamento de 2022, o Ministério da Defesa solicitou à pasta da Economia um aporte de 1,3 bilhão de reais para gastos até o final do corrente ano. A Defesa tem o quarto maior orçamento discricionário da Esplanada, ficando atrás somente de Educação, Saúde e Economia. De acordo com o jornal, o pedido foi justificado pela necessidade de complementar o custeio das três Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), que alegam dificuldades para manter funções básicas de rotina militar como, por exemplo, manutenção de pneus de caminhões e peças de aeronaves. Ainda de acordo com a reportagem, o governo de Jair Bolsonaro chegou a desbloquear 128 milhões das contas do Ministério da Defesa em setembro, sendo parte dos recursos liberados através das emendas de relatores. Segundo a *Folha*, os militares afirmam que as solicitações de complementação ocorrem todos os anos, especialmente após a implementação da regra fiscal do teto dos gastos. Auxiliares do governo avaliam que atender o pedido integralmente é pouco provável, dado o atual quadro de contenção de despesas. (Folha de S. Paulo - Mercado - 22/09/22)

#### 9- Livro revela participação histórica dos militares na vida política do Brasil

Em coluna do jornal *Folha de S. Paulo*, a jornalista Mônica Bergamo discorreu sobre o lançamento do livro “Poder Camuflado”, no qual o jornalista Fábio Victor analisa a participação dos militares em diferentes governos ao longo da história brasileira. Segundo o autor, os militares nunca estiveram recolhidos aos quartéis, tendo influência até em governos como os de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), nos quais havia estabilidade democrática. O livro afirma que no governo de Dilma Rousseff (2011-2016) a trégua com os militares foi rompida, especialmente pelo descontentamento dos mesmos com a criação e os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que investigou crimes cometidos pela ditadura militar. Segundo a colunista, o livro comprova, com vários exemplos, que nunca houve controle civil sobre a caserna. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 22/09/22)

### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes

jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe**

### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

### **Supervisão**

Heed Mariano Silva Pereira

Ismara Izepe de Souza

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

### **Equipe redação UNESP/Franca**

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Yuugo Gushiken

### **Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco**

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos (bolsista PIBEX)

Débora Cruz Silva

Giovani Nunes de Aguiar

Grazielly Dourado Santos

Marcela Furlan de Cena

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima